

# O papel educativo: imprensa e instrução para os trabalhadores no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920

Adelaide Gonçalves

Professora do Departamento de História da UFC

**RESUMO:** O texto procura fazer uma reflexão em face dos conflitos e debates que ocorreram no Ceará em fins do século XIX aos anos 1920 sobre a necessidade de instrução do meio operário a partir, sobretudo, da ação da imprensa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instrução, Ceará, imprensa, operário.

**ABSTRACT:** The text is a reflection about the educational conflicts and debates done in Ceara in the ends of 19th century until the 1920's. It says about the sense of necessity of work classes instruction, principally by the action of the print sector.

**KEYWORDS:** Instruction, Ceara, Print, Work classes.

A Escola Popular, de 1874, é um experimento que confirma as marcas da influência positivista no Ceará, retendo de Augusto Comte sua *preocupação com a formação intelectual do operariado*, na observação de Ivan Lins.<sup>1</sup> Funcionando das seis e meia às dez da noite, a Escola Popular foi o lugar onde os jovens intelectuais, como em memoráveis torneios, agitavam questões sociais, religiosas, filosóficas, históricas e literárias, no dizer de Dolor Barreira, certamente reproduzindo as impressões de Capistrano de Abreu sobre a Escola: lugar da animação, cordialidade e estímulo, correndo *parelhas com o desinteresse dos jovens professores*. Para Capistrano, se pode aquilatar a influência da Escola não apenas *sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral*. Essa apreciação levou em conta a crescente audiência das conferências e sua repercussão na imprensa local. No entanto, o mesmo Capistrano trata de esclarecer que a maior influência sobre o meio foi aquela operada sobre os espíritos *audazes e juvenis, porque congregou, reuniu e fecundou uns pelos outros*.<sup>2</sup>

A iniciativa da Escola Popular para pobres e operários pode ser entendida como uma das ações da Academia Francesa, norteada pela compreensão de que *todos os problemas do tempo se resolveriam com o aperfeiçoamento intelectual*. Como expressara Rocha Lima, em uma de suas conferências aos membros do Gabinete Cearense de Leitura: *Compreendestes que só a ciência nos pode salvar, e pelo meio mais fácil de propagá-la, isto é, pelo livre franqueamento à avidez das multidões*. Para Ramos Tinhorão, ao observar a Escola Popular (como a Academia Francesa), deve-se levar em conta que *no fundo, o que os representantes das novas camadas da classe média criavam era o mito da cultura, que pretendiam erigir em condição para ascensão social, ao menos na nova estrutura que imaginavam todos – maçons, positivistas e republicanos – iria surgir da derrocada do regime monárquico*.<sup>3</sup>

A experiência da Escola Popular, embora se afirmasse como escola para os proletários, não ultrapassou a definição de movimento filosófico, atendo-se ao ideário cientificista e às demandas do seu tempo, com o combate à ignorância pontificando *fórmula salvadora* e preparação do caminho para a República.

Ao fim da Academia Francesa e sua Escola Popular, em 1875, segue-se a criação do Gabinete Cearense de Leitura.<sup>4</sup> Era a reação da *boa sociedade* à difusão do que classificava e condenava como *princípios falsos e idéias perigosas* e a preocupação em *tomar para si a gloriosa tarefa de animar e difundir a instrução, proporcional à leitura dos bons livros*. Com o intuito de alargar o âmbito de sua dita influência civilizadora, o Gabinete institui um curso de conferências públicas, com aulas para o ensino de línguas e ciências e um curso noturno de instrução primária. Como se vê, as diferentes iniciativas de instrução para os pobres se anunciam desde o meado do século XIX.

As experiências no campo da educação e da instrução não se limitaram à ação dos jovens intelectuais ou ao projeto das elites. No Ceará, concomitante ao aparecimento da imprensa dos trabalhadores e das primeiras iniciativas no plano associativo, é identificado o debate sobre o tema da instrução e da educação, a criação de escolas, de círculos de difusão de conhecimentos e idéias, com o propósito, segundo seus postuladores e animadores, de alargar horizontes e abrir perspectivas para os operários.

O jornal *O Typographo*, em 1866, no costumeiro artigo de apresentação, alude à *nobreza* de seus fins, porquanto *defensor do progresso*. Invocando o lema da *Perserverança e Trabalho*, o jornal trata de fazer sua distinção em relação à imprensa das facções políticas e quer marcar sua diferença pelo intuito pedagógico: *Faremos por educar nossa classe, e nossos conselhos serão os*

*de um pai, que admoesta e ensina ao filho que se transvia da senda do dever, corrige-o quando se obstina no vício, e perdoa-lhe quando há sincero arrependimento*.<sup>5</sup>

O objetivo de educar pela palavra está atravessado pela definição da imprensa como lugar *sublime e sagrado* e pela crença em seu poder de irradiação das *luzes da civilização*. Desse modo, *O Typographo* justifica sua existência como possibilidade de disseminar os conteúdos da *boa educação*: *“O jornal é o livro do pobre, ou a fonte principal donde emana a instrução grátis para aqueles que a sociedade reputa como mal educados. E seu efeito é de tão reconhecida utilidade, que nem mesmo as nações independentes estão inibidas de seu uso”*.<sup>6</sup>

*O Colossal*, em 1878, representando uma das primeiras experiências associativas dos tipógrafos no Ceará, na exposição dos seus objetivos, ressalta a confiança no progresso das ciências e das artes, tendo na instrução o caminho para o progresso material e espiritual:

Donde surgimos, o que queremos, para onde vamos?, perguntar-nos-á o leitor curioso, ao ler-nos pela primeira vez.

Duas palavras, entretanto, bastam para satisfazê-lo: – Surgimos do nada, como toda criatura; queremos a instrução, que nos deve ilustrar e fortalecer o entendimento; vamos para o futuro, que nos há de julgar com a devida justiça.

E, em verdade, querido leitor, assim como a luz do astro-rei dissipa as trevas do universo, a instrução, quando educativa, dissipa as trevas de nossa ignorância, e o que é mais, dá-nos o batismo da verdadeira civilização.

Todo país, em que a instrução difunde-se, não pode jamais, deixar de medrar e progredir; as ciências e artes, nela e somente nela, encontram sua mais sólida base.

A instrução é tão necessária para ilustrar nosso espírito, como o alimento é indispensável para o sustentáculo do corpo. Onde não há instrução, é morta a civilização; não tem possibilidade de progresso algum, quer moral, quer material.

A chave que abre uma escola de instrução educativa, é a mesma que fecha um cárcere, onde só ressuda o crime em suas múltiplas formas.

Não pode ser sociável um povo que vegeta à sombra da ignorância e do indiferentismo.

O homem a quem falece a instrução, em olhos que não vêem, e ouvidos que não ouvem, porque estes, como aqueles, se acham cerrados pela mão férrea da ignorância.

Se um país se diz adiantado no mapa das nações cultas, é porque nele penetrou a civilização por meio da instrução e do estudo.

Sim, e que prosperidade pode notar-se em uma nação que não trabalha

para o seu engrandecimento moral e material, e que não tem coragem de afastar-se da maldita rotina? – Nenhuma, por certo.

O Brasil, que se diz americano, que é tão propenso a macaquear o estrangeiro, procura imitar os Estados Unidos da América do Norte, esse país empreendedor, onde as ciências e as artes tem feito progresso espantoso ao influxo benéfico do estudo; esse país onde todos lêem, todos escrevem, todos contam; esse país, finalmente, que deveria servir de modelo ao vasto Império da Santa Cruz.<sup>7</sup>

Convém destacar que a *missão educativa* e os mecanismos de instrução são pensados de modo simultâneo às tarefas de organização partidária, porquanto o partido deveria, segundo seus dirigentes, cuidar com *desvelo da parte exclusivamente literária*, adotando procedimentos com vistas a fortalecer o *ramo instrutivo e literário* da ação partidária.

Em fins de 1890, em sessão da diretoria do Partido Operário do Ceará, o secretário dá conhecimento de carta enviada pelo presidente do Partido em Baturité, Jorge Ayres de Miranda, noticiando a criação da Escola Noturna do Partido, com matrícula inicial de 36 alunos. Informando que *o modesto núcleo de instrução foi muito bem recebido pela cidade*, acrescenta que *aceitam-se na aula, mediante a esportula de quinhentos réis mensais, alunos que não sejam membros do Partido*.<sup>8</sup>

Do mesmo mês é a carta de Leopoldino Barreto, também de Baturité, destacando a instalação da Escola Noturna *para instruir aos seus confrades, aos filhos destes e aos proletários que não souberem ler*. Manifesta o empenho na criação de uma biblioteca que *preencha as necessidades instrutivas*, solicitando ao público de Fortaleza que em nome do *patriotismo e amor às letras*, ofereça livros e revistas para a pequena biblioteca, considerada um *valioso serviço prestado à causa pela qual batalha – A instrução das classes artística, operária e proletária*.<sup>9</sup>

No início de dezembro de 1890, em Assembléia Geral do Partido Operário em Fortaleza, então com seiscentos sócios (e naquela Assembléia, mais de cem presentes), Aderson Ferro anunciava que, se a meta do programa partidário era a criação de uma Escola Noturna para os operários, tornava-se imperativo instituir o Conselho de Instrução do Partido, tanto para dar providências à criação de Escolas, como *para cuidar de tudo que dissesse respeito a parte exclusivamente literária da agremiação*. O presidente e o secretário do Conselho, Theodomiro de Castro e J. Baratta, em sete de março de 1894 comunicam a instalação das aulas noturnas do ensino secundário com matrículas abertas para as aulas de português, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geografia, geometria, história e desenho.<sup>10</sup>

Criado o Conselho, com a nomeação de dezessete filiados<sup>11</sup>, quatro funcionam como professores, devendo lecionar uma semana em cada mês. Ao ato de nomeação segue-se a eleição de um presidente e formulação de um estatuto especial, cuja característica é o apego à minúcia, às regras burocráticas. Ao longo de dezoito artigos são definidas formas de matrícula, regras de conduta, detalhamento dos deveres do Presidente do Conselho. Dispõe ainda sobre a criação de uma biblioteca e afirma a necessidade de angariar donativos para a manutenção das atividades do referido Conselho.<sup>12</sup>

Pouco, quase nada, se fica sabendo de programas de ensino, métodos pedagógicos, conteúdos das disciplinas, filosofia da escola. Sabe-se, no entanto, da vocação centralizadora do Partido, para quem o Conselho deve *dirigir sob sua responsabilidade o ramo instrutivo e literário do Partido, ouvindo em tudo a opinião do chefe do mesmo*.<sup>13</sup> Ainda que não restem indícios quanto a lista de alunos, suas ocupações e a relação da escola com o Partido, importa reter o destaque dado à exigência de *instrução do povo*, o recorrente argumento republicano, como imperativo para a organização partidária. Em seu estatuto, que no capítulo I, *Dos Fins do Partido*, definia como condição expressa de representação partidária (cargos legislativos) o combate *a todas as leis que de qualquer modo afetem moral e materialmente a classe proletária em geral*, propondo em substituição, uma legislação que amplie os interesses materiais da classe e *desenvolvam como elemento de progresso, a instrução do povo*.<sup>14</sup>

Em 10 de março de 1891, nas páginas d'*O Cearense*, J. Baratta, secretário do Conselho de Instrução do Partido Operário do Ceará, ao informar o movimento das aulas noturnas, registra duzentas matrículas, com frequência diária de 80 a 109 alunos na Escola Noturna mantida pelo Partido Operário, em Fortaleza.<sup>15</sup> Cinco anos depois, sua permanência e alargamento de oferta de cursos é anunciada: *(...) desde 30 de março do corrente ano foram instaladas as aulas noturnas do ensino secundário. Outrossim declaro que ainda continuam abertas as matrículas para as aulas abaixo declaradas: português, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geografia, geometria, história e desenho*.<sup>16</sup>

São constantes as notícias sobre o Conselho de Instrução e o desempenho eficaz de Theodomiro Theodorico de Castro. As aulas noturnas (com duração de duas horas) são ministradas pelos membros do referido Conselho, por alguns alunos da Escola Militar, como é o caso de Silvio Martins, professor de desenho, todos em regime de voluntariado. Os dirigentes partidários argumentam que a escola noturna é a única que se torna compatível com *“a parte mais pobre da população”*: *Ali não se pergunta pelo calçado, pelo paletó, como acontece nas aulas públicas e particulares. Tudo é farrapo e tudo é*

*pobreza. Livros, tintas e papéis, são ainda fornecidos pelos mesmos operários que trabalham para manter na ociosidade homens válidos e aptos (...).*<sup>17</sup>

Várias são as notícias na imprensa de Fortaleza acerca das campanhas do Partido em favor de sua Escola e da Euterpe Operária. Creio que, além de estar cumprindo o que julga tarefa primordial – o provimento de educação ao operariado –, as quermesses e os festivais realizados constituiram ricos momentos de sociabilidade e adesão à *causa da instrução* dos jovens estudantes e literatos da Província, em particular, da Padaria Espiritual, como se pode depreender deste artigo d’*O Pão*:

Começou ontem no salão principal do Partido Operário a quermesse (...) promovida em benefício de suas aulas. É nobre e sublime a ação do Partido Operário; enquanto o Governo trata de sobrecarregar de impostos a instrução entre nós, o Partido Operário, composto na sua totalidade de homens sem instrução, de artistas rústicos, angaria donativos (...), faz um leilão (...) e entrega todo seu produto em favor das aulas noturnas (...). O operário, o filho do povo também precisa de instrução, portanto o Partido Operário que lança mão de todos os meios para semear a instrução no seio da indigência não pode deixar de merecer nosso apoio (...).<sup>18</sup>

O jornal *O Combate*, difundindo o que considerava como virtudes do regime republicano, pensa a instrução como meio eficaz de operar as reformas sociais: “a instrução, fonte inesgotável de felicidade, que há de um dia conflagrar os povos, banindo completamente os privilégios, (...) é a deusa onipotente que, despreendendo clarões luminosos em todos os sentidos, opera lentamente essa transformação social (...).<sup>19</sup>

Esclarecedor de sua posição sobre o papel da educação e da instrução como elementos impulsionadores das transformações sociais prometidas pela República, é um longo artigo de fundo, invocando o legado iluminista para falar de pátria, cidadão, direitos e justiça, onde se apresenta a escola como uma das *novas terapêuticas sociais*:

Não iremos com a força, que essa é soberbamente detestável, mas com o direito da razão, pois que o proletariado dela não precisa, necessita para o alcance da regeneração pátria dos seus próprios esforços de inteligência, e sobretudo, de unidade. (...) Urge que, impulsionados os futuros cidadãos com entusiástico amor às leis e à sociedade, tenham não somente instrução, mas educação, e com ela, a abnegação completa para o engrandecimento de seus direitos. (...) onde com afã trabalharam Montesquieu, Rousseau, Diderot e D’Alembert, maiores males curaram em meio século, do que não foram melhorados e curados em dezessete séculos precedentes.<sup>20</sup>

Os dirigentes do Partido Operário do Ceará, em sua busca de participação na cena política e na luta por reformas sociais possíveis de alterar a situação no mundo do trabalho, compreendem a necessidade das escolas com o objetivo de elevação dos níveis de *consciência social* e como condição de possibilidades de participação nos processos eleitorais e na postulação de cargos eletivos. Adotando esse pressuposto, Aderson Ferro encaminha, em Assembléia Geral, a proposta (aprovada) de que *não fossem admitidos nas fábricas e oficinas o aprendiz que não sabendo ler e escrever se obrigasse a freqüentar aulas noturnas*.<sup>21</sup>

No jornal *O Combate*, a representação feita sobre o operário é positiva; apoia-se na tendência de valorização do trabalho manual, estabelecendo uma possível articulação entre este e o trabalho intelectual: *Conceber é muito, executar é muito mais. O sábio concebe, o operário executa. Sem a inteligência, e o braço do operário, a ciência não poderia ler hoje a história do passado nos grandes monumentos da antigüidade*.<sup>22</sup>

Aliada a essa representação positiva do operário e de sua valorização pelo trabalho como fonte de criação está a afirmação da importância atribuída ao papel da educação como instrumento de redenção no meio operário. No Estatuto do Partido, publicado em 1891 n’*O Cearense*, em suas Disposições Gerais fixa: *Logo que permitirem os recursos do Partido, fundar-se-á uma tipografia, escolas noturnas, um liceu de artes e ofícios e uma banda de música*.<sup>23</sup> No capítulo que define os direitos dos sócios fixa a seguinte diretiva: *Artigo 10º, parágrafo 3º – O Partido, quando os fundos da Caixa Geral permitirem, subvencionará uma ou mais escolas primárias e secundárias para educação dos filhos de seus associados (...)*.<sup>24</sup>

Dada a importância que atribuem ao tema da educação e instrução operárias, os editores d’*O Combate* mostram-se vigilantes em relação às iniciativas de criação de escolas para operários, de inspiração patronal. Assim, tão logo tomam conhecimento da iniciativa do Dr. Lassance, engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Baturité, recolhendo donativos para uma caixa beneficente entre os operários visando a manutenção de uma Escola Noturna, dizem que *se há um ano atrás esse ato de rara benemerência devesse merecer aplausos, agora deve ser alvo de reprovação pois que existem meios criados pelos operários para promover seu esclarecimento*. Claro está que os dirigentes do Partido querem demarcar seu campo de ação e representação classista, e dizem ao Dr. Lassance que sua iniciativa é reprovada porque *hoje o operário busca reivindicar os seus direitos e funda associações, escolas, jornais, é caso para estarmos com a pulga na orelha*.<sup>25</sup>

Do mesmo período é a iniciativa da Sociedade Beneficente 20 de Abril, criando uma Escola Noturna *para os desvalidos*. N’*O Cearense*, encontra-se, na coluna *Publicações Solicitadas*, a ata da Sessão Ordinária da

referida Sociedade Beneficente, em que o diretor da Escola Noturna, Júlio de Oliveira, informa que as aulas diárias têm matrícula de 192 alunos. Registra os atos de filantropia e benemerência de alguns cidadãos, destacando-os como promotores do progresso e oferecendo-lhes votos de gratidão. De Francisco Félix Dias, um donativo que possibilita o melhor funcionamento da aula noturna; de José da Silva Bonfim, a disposição em funcionar como lente de língua portuguesa *sem a mínima compensação*.<sup>26</sup>

São várias as notícias veiculadas pela Beneficente Popular 20 de Abril, dirigida por Francisco Barbosa Lima, a respeito de sua Escola Noturna, tendo como professores Tristão Gadelha, Opolíbio Mendes Tavares, Júlio de Oliveira, Heliodoro da Costa Moreira, José Lucas de Mesquita, José Ignácio e César Simeão. Realizam coleta de fundos, organizam bazares e contam com o apoio do Presidente da Província, Coronel Luiz A. Ferraz.

Esses exemplos de criação de escolas noturnas para operários, uma do Partido Operário, outra da Sociedade Beneficente, confirmam que o tema da Educação e da Instrução em fins do século XIX é combustível que alimenta discursos de variados matizes e provém dos mais distintos pontos. O que se quer demonstrar é que desde as sociedades de característica beneficente, seu pendor para as atividades de benemerência e filantropia é dirigido para o provimento do que diagnosticam como visíveis carências da instrução pública e educação formal em Fortaleza, tendo o Jornal e a Escola como instrumentos que, associados, fortalecem sua *cruzada*.<sup>27</sup>

Nesse sentido, constata-se que no século XIX o aparecimento desta imprensa no Ceará desafia seus grupos editores quanto às estatísticas do analfabetismo pela falta de instrução pública sendo, portanto, imperativo pensar outros mecanismos que, associados ao jornal, cumpram a tarefa de produção, organização e difusão do conhecimento.

O Operário, em 1892, atuando em contraposição ao Partido Operário, explicita sua diferença programática também no campo da educação, como nesse enunciado: *Não é com escolas puramente de efeito e nem com pomposos programas que havemos de trazer a educação à classe operária. Com esforço e boa vontade, depois de expurgarmos do seio social a matéria que a decompõe, é o meio facilímo de chegar-se ao fim desejado (...)*.<sup>28</sup>

Exaltando a noção de Pátria, onde os operários são seus *soldados*, defende o *congraçamento das classes laboriosas*, para que: *Unidos, como eles de uma só cadeia, os operários devem trabalhar para a difusão da instrução e a divulgação da indústria que é a principal riqueza de uma nação*.<sup>29</sup>

Em um longo extrato sobre a *Educação em Todas as Idades*, pretende demonstrar a aceção diferenciada entre educação e instrução. Para o

articulista, enquanto esta se prende ao exercício das faculdades intelectuais, aquela é mais ampla e abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as potencialidades humanas: "(...) A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar as faculdades do homem (...) A instrução, porém, é um destes meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, as intelectuais."<sup>30</sup>

O elogio ao trabalho e à educação é tema constante dos artigos de fundo d'*O Operário*, apresentando o analfabeto como sendo quase sempre um perdulário e sem virtudes e a ausência de educação acarretando o desprestígio, o vício e a perdição. Aponta o trabalho e a educação como caminhos da regeneração, como aqui:

Do trabalho vem a força, a musculatura que faz desaparecer a indolência e a morosidade. Da educação nasce o bem estar da família, a economia e o crédito que são a única felicidade do homem pobre.<sup>31</sup>

O operário não é um animal irracional que apenas se deva contentar com o alimento; é preciso ter conforto para as lutas, mas o conforto emanado da educação de que até então estão arredados. Trabalhar não é o bastante; é preciso produzir, e para produzir é preciso estudar e aprender. Sem recursos para alcançar esse fim, o operário deve buscá-lo na união da família, no estudo das cousas e na compreensão do grande livro a que chamamos mundo.<sup>32</sup>

Mas as formulações sobre a necessidade de instrução no meio operário não partem apenas de seus jornais. A imprensa de extração liberal, como é o caso d'*O Cearense*, na difusão das idéias republicanas, também destaca o papel da educação no projeto de *reconstrução da pátria*, como nesse artigo expressando a tese dos reformadores liberais: *Instruir é construir, disse o imortal mestre. Deve ser, portanto, a instrução a primeira preocupação dos que nos governam atualmente como de todos os cidadãos bem intencionados*.<sup>33</sup>

O debate sobre a educação, iniciado no meado do século XIX, é intensificado no fim do século, como parte do ideário republicano. A discussão sobre o tema, informada pelas concepções liberais e pelo *fervor ideológico*, acentuava o *entusiasmo pela educação*, decorrendo daí a tônica na *educação como panacéia*, na *ignorância como responsável pelos males do país*, na *instrução popular como chave de solução para todos os problemas sociais*, na *instrução para homens úteis*. Era este o legado retórico que a República repercutiria nos primeiros anos, via intelectuais, imprensa e medidas governamentais. Como se pode observar, não demoraria muito para que o debate arrefecesse e o relevo dado à *necessidade de educação das massas* já não fosse o mesmo. Daí

as críticas ao vazio de medidas para a universalização do ensino e a educação popular, constantes do programa e dos debates republicanos.<sup>34</sup>

A imprensa autoproclamada oposicionista, ainda como exemplo O Cearense, dirige acerbas críticas ao governo Ferraz, em 1890, acerca da completa ausência de cuidados com a instrução, inclusive denunciando as punições que são aplicadas aos professores que ousam revelar-se oposicionistas. Remoções e transferências de cidades para pequenas vilas e perseguições são práticas correntes no modo oligárquico de fazer política. Na outra ponta, favorecimentos, distribuição de cargos de professor como sinecuras, nomeações indevidas, promoções injustificadas. O embaraço chegou ao ponto da nomeação, para substituto da cadeira de História, de um farmacêutico reconhecidamente incapaz (pela oposição) de ocupar tal cargo, segundo as denúncias veiculadas na imprensa do período. Na edição de 28 de outubro de 1890 aparece longo artigo, aqui reproduzido em parte, acentuando o tom crítico ao *abandono* e *descalabro* do ensino oficial:

A Instrução Pública, o mais instante cuidado de todos os governos democráticos e livres, ainda não mereceu de nossos governantes a mínima atenção, o mais pequeno cuidado.

E se dela já se tem ocupado é para rebaixá-la, levá-la ainda mais baixo na degradação em que a deixou o regime monárquico.

A instrução primária, que (...) exigia reforma radical e pronta jaz em completo abandono, só servindo para mesquinhos arranjos eleitorais, para dar azo às promoções e remoções de professores; (...)

Quanto à instrução secundária, maior é o descalabro, a degradação a que tem descido o nosso primeiro estabelecimento de instrução, o Liceu. (...)<sup>35</sup>

A demanda por instrução pública vem sendo apresentada desde o Império e a situação crítica em que se encontrava, no Ceará, parecia quase inalterada na nascente República.<sup>36</sup> No meado do século XIX crescem as críticas à ausência de instrução das camadas populares, na mesma proporção em que se avolumam os discursos identificando a escola como lugar de passagem à civilização e ao prometido progresso das luzes, e a imprensa como um de seus mais potentes vetores.

Capistrano de Abreu, em sua faina na imprensa, nos idos de 1874, refletindo sobre o que chamava *os efeitos literários da Independência*, destaca como os de maior significação *o derramamento da instrução e a liberdade da imprensa*. Numa série de conferências publicadas n' *O Globo*, Capistrano identifica na imprensa o veículo possível *do derramamento da instrução e da*

*renovação nacional* ainda que lhe observe os vícios: *o jornalismo não obstante seu estado embrionário, senão viciado, está destinado a ser um dos agentes da renovação nacional. É ele que desenvolve o gosto pela leitura, que manifesta a importância da educação (...)*.<sup>37</sup>

Na Imprensa Industrial de 1876, do Rio de Janeiro, numerosos são os artigos sobre a instrução pública, chamando a atenção para a desproporção entre o crescimento da classe operária e do número de libertos e o pequeno número de escolas:

No Rio de Janeiro, (...), contam-se apenas nove estabelecimentos de instrução criados e mantidos por associações filantrópicas. Em todo o município neutro, onde a classe operária é tão numerosa quanto analfabeta e a quantidade de libertos aumenta diariamente, contam-se 10 cursos noturnos, dos quais 4 foram criados durante o ano de 1872, 5 não contam mais de dois anos e um somente data de 1858.<sup>38</sup>

Na mesma revista são vários os artigos que, discutindo a temática da instrução pública, abordam diversos ângulos: falta de escolas, baixo investimento, instalações escolares insalubres, despreparo dos professores, falta de apoio da iniciativa privada, distância das escolas (má localização), critérios políticos de ingresso no magistério, baixa qualidade do material didático, métodos de ensino inadequados às novas realidades. Estes pontos se repetem à exaustão em muitos estudos do período acerca do problema da instrução nas províncias, em particular àquela dirigida *às classes desvalidas*. Na citada revista encontra-se o debate sobre a lei do ensino obrigatório, destacando a desproporção entre as despesas certas e as rendas incertas dos operários:

Enquanto um livro não for barato, a instrução não se poderá desenvolver pelas classes menos favorecidas da fortuna. Enquanto um simples compêndio de gramática custar um dia de salário ao operário, não alcançareis deste que mande voluntariamente seu filho à escola. (...) Juntai agora aos livros o vestuário e o calçado, refleti seriamente na vida do proletário, calculei as suas rendas incertas e as suas despesas certas e depois confessai com franqueza e lealdade se a lei do ensino obrigatório não é uma utopia para não ser uma crueldade inqualificável (...).<sup>39</sup>

Como se vê, as críticas são tema recorrente também na imprensa do Ceará, onde desde os anos finais do século XIX, com o advento da República, são formuladas de modo cada vez mais incisivo e atravessam as primeiras décadas do novo século.

João Clímaco Bezerra, em estudo sobre o ensino primário cearense, apresenta diagnóstico elucidativo da situação da educação local, na nascente República, que não modificaria o quadro, uma vez que mais avultavam as disputas intra-oligárquicas e menos aparecia o interesse público:

O regime monárquico (...) nos legou um patrimônio de parcas e mal aparelhadas escolas. Quando da proclamação da República, contava o Ceará com 313 escolas primárias, públicas e particulares, (...). Não se precisa invocar a má aparelhagem de que se revestiam esses estabelecimentos, regidos, em grande maioria, por professores leigos recrutados entre os menos ignorantes habitantes das cidades do interior. (...)

O problema da alfabetização das massas passaria, no entanto, a ocupar o primeiro lugar no programa governamental de todos os presidentes do Ceará, após o advento do regime republicano. (...)

Maior do que os interesses da coletividade, infelizmente, as lutas políticas, a ambição personalista dos chefes de partido, representaram na Primeira República, a rosa dos ventos por onde se orientariam o legislativo e o administrativo nacionais.<sup>40</sup>

Os dados coligidos por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, compõem um quadro de extrema precariedade do ensino público ao longo do século XIX: pequeno número de escolas, baixa escolaridade dos professores, verbas escassas, instalações inadequadas, ausência de fiscalização, tendência ao bacharelismo, métodos retrógrados, aplicação de castigos físicos aos alunos. Até o meado do século, várias medidas administrativas não passam de letra morta e a *educação girava na rotina do abecedário em casas desagradáveis numa estagnação que ainda se prolongaria por muitos anos.*

Djacir Menezes qualifica os relatórios e atos oficiais do período como *literatura vulgar*, onde se refere à instrução *em vãos líricos e românticos*, espécie de *messianismo antigo, dela se espera a salvação e a ordem, o bem-estar e a felicidade cheia de prosperidade*. Enquanto os relatórios faziam o discursolouvaminheiro à instrução, instalavam-se sertão adentro cadeiras de Latim, suscitando em 1853 a indagação crítica de Joaquim Vilela Tavares à Assembléia Provincial: *Não é preferível saber botânica descritiva e aplicada e os princípios de contabilidade (...) necessários ao agricultor, ao negociante, que o prazer de traduzir Cícero e Horácio ou apreciar a retórica de Mirabeau e Bossuet?* Formulação filiada ao pragmatismo, repetindo assertiva de Thomaz Pompeu: *cada povo deve aprender principalmente aquilo de que mais precisa*

para aumentar os cômodos da vida.<sup>41</sup> Logo se vê que os debates na Assembléia Provincial são meros exercícios retóricos entre eventuais contendores com alguma preocupação com a instrução pública. Desde 1844, com a criação do Liceu do Ceará, o fato mais significativo na área de educação é a instalação, em 1884, da Escola Normal, donde se conclui o descaso com a instrução pública na Província.<sup>42</sup>

Joaquim Alves, no estudo sobre a situação do ensino primário do Ceará em fins do século XIX à primeira metade do século XX, parte da compreensão corrente de que o ensino popular representava um imperativo para a consolidação do regime republicano, concordando com o acento posto na força transformadora advinda da preparação intelectual dos indivíduos. Embora adote um tom complacente quanto ao interesse do administrador como impulsionador da criação de escolas primárias na capital e nos sertões, ao apresentar os números da instrução pública no Ceará da virada do século, desmonta seu argumento, posto que dirige sua análise para a precariedade do quadro do ensino no fato de que *no Ceará existiu sempre um obstáculo sério: as secas, totais ou parciais, que apagavam o entusiasmo do homem e limitavam as possibilidades dos governos*. Em Joaquim Alves, o peso da análise se concentra nas dificuldades do Estado e no *indiferentismo do homem*, justificando-a como decorrentes das parcas receitas públicas e da ocorrência periódica de grandes secas.

Vê-se que a perspectiva do autor guarda relação com o postulado republicano da necessidade de escolas como mecanismos impulsionadores do progresso, constantemente reafirmada como *arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do progresso na nova ordem que se instaurava*, ainda que esta reafirmação estivesse condicionada pela mudança de ênfase no papel da escola (de *arma do progresso* passa a ser vista como *arma perigosa*), exigindo a *redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação*.<sup>43</sup>

Sabe-se que, nas primeiras décadas do século XX, era recurso retórico de largo uso entre a opinião pública, a apologia à instrução, inclusive para as classes populares. Mas, entre os discursos que enfatizavam o papel da instrução pública, *havia aqueles (...) partidários de que o ensino das classes populares fosse pensado com restrição, dado os perigos de uma população instruída e ociosa poderia representar*.<sup>44</sup>

No fim do século XIX, os mapas estatísticos indicam a existência de 336 escolas no Ceará, com matrícula de 11.305 alunos e frequência de 8.821. Argüindo as despesas vultosas, a *instabilidade do orçamento*, em face da queda das rendas e atrelando a justificativa à ocorrência das *secas calamitosas*

tosas, a lei nº 587, de 07/07/1900, suprime 77 escolas primárias e, no ano seguinte, um ato legislativo de junho desativa treze escolas. O século inicia com a diminuição do número de escolas, assim distribuídas: Fortaleza (21 escolas), Cidades (75), Vilas (82), Povoações (70).<sup>45</sup>

Os caixeiros-estudantes, editores da Revista Phenix, voltados essencialmente ao proselitismo em favor do *alevramento moral, social, intelectual*, também veiculam seus textos críticos, enfatizando as condições de ensino precárias, em Fortaleza.<sup>46</sup> Um dos artigos começa por dizer que, se não tivéssemos o Grupo Escolar Nogueira Accioly, sob a direção de D. Anna Facó, *a instrução primária é ministrada mais ou menos com algum proveito, quase poderíamos dizer, com a maior verdade, que na capital do Estado, não tínhamos verdadeiros estabelecimentos de educação elementar.*

Em seguida, faz a denúncia acerca dos escusos mecanismos de ingresso no magistério como sendo moeda de troca do apadrinhamento político-partidário: (...) *a falta de escrúpulos é que geralmente preside a nomeação das professoras, sempre escolhidas não pela competência e amor ao magistério, mas unicamente pelo prestígio maior ou menor dos padrinhos* (...) Continua seu tom crítico condenando os métodos de ensino por obsoletos e anacrônicos: (...) *a adoção de um método de ensino carranca, universalmente condenado e que só consegue atrofiar o espírito das crianças, fazem da instrução pública primária uma inutilidade revoltante, que só desperta justas censuras e precisa condenação.* As críticas insistem também no descalabro do quadro da instrução pública primária, no Ceará de 1912, no que respeita as instalações das escolas e as condições impróprias do ensino ministrado às “classes pobres” e já apontando o crescimento dos colégios particulares, pela ausência do provimento público ao ensino:

E se é esta a situação das nossas escolas, relativamente ao ensino, quanto a instalação [estão] em inteira oposição aos mais generalizados preceitos da pedagogia moderna; é uma lástima, uma vergonha que nos deprime e deve cessar o quanto antes, sob pena de conquistarmos os foros pouco invejáveis, de estado mais atrasado do mundo.

A verba destinada ao aluguel das casas para escolas da capital é mesquinha, (...) é uma ninharia – supomos que 8 ou dez mil réis, (...) [as professoras] dão suas aulas em saletas e corredores apertados, no mais das vezes infectos, enfim em compartimentos sem higiene (...)

Na rua Senador Pompeu, (...) há uma escola de arraial funcionando na apertada salinha de um velho prédio, úmido, onde a higiene não é observada e onde faltam as mais exíguas acomodações escolares.

E como essa, com evidente prejuízo para a saúde das pobres criancinhas,

funcionam também escolas da capital, e de uma sabemos, cujas aulas se realizam a portas fechadas, para que não se veja a freqüência diminuta ou o pouco asseio que ali se oculta.

(...) de todas essas falhas que nos envergonham e deprimem, que um governo honesto não pode consentir (...) é que o analfabetismo tanto progrida entre nós, com as escolas públicas abandonadas e sem freqüência, ao passo que os colégios particulares abarrotam e prestam assinalados serviços(...).<sup>47</sup>

Quanto às escolas privadas e mesmo a ação individual de professores particulares sabe-se que crescem de importância desde a virada do século XIX. Como exemplos mais destacados, em Fortaleza tem-se o Partenon Cearense, o Instituto de Humanidades, o Ginásio Cearense e o Instituto Miguel Borges, com destaque para os professores Joaquim Nogueira, Agapito dos Santos e Odorico Castelo Branco. Este último, diretor do Instituto Miguel Borges (fundado em 01/06/1900), por onde passariam os futuros bacharéis, magistrados, padres e militares, mas também *o operário honrado, o caixeiro laborioso, o modesto trabalhador, o humilde funcionário público*, apresenta críticas ao ensino oficial e aos métodos empregados no Liceu do Ceará e na Escola Normal. Refere-se àquele como *fábrica de professores primários precisando de urgente reforma no regulamento* e a esta como *arapuca onde sufocam alunas e professores* e como casa de educação *não vale o barro empregado na construção do prédio*. Arriscando um comentário paradoxal, apresenta como *elemento de morte* para os colégios particulares a *decadência do ensino oficial* no Ceará. Seu argumento é que os estabelecimentos privados de ensino secundário recebem e tendem a reproduzir *os péssimos frutos do ensino público primário*. Para ele, o maior mérito na *elevação intelectual* ainda residia na ação algo missionária: *O professor particular tem sido a salvação do nome cearense como de povo culto. Não fosse ele, e a percentagem do analfabetismo subiria desses já consoladores 80% ao limite desolador dos 100%, compreendidos aí os professores.*<sup>48</sup>

Ao que se observa, o discurso de Castelo Branco guarda relação com as formulações sobre instrução pública vindas do século XIX. Ao dirigir sua crítica ao *abandono* oficial do ensino primário, confirma aquela tese segundo a qual esse é o nível fundamental para realizar o intento de instruir e disciplinar as *populações ignorantes*, como observa Pimentel Filho. O tom disciplinador de Castelo Branco pode ser ainda observado no tópico seguinte de seu discurso.<sup>49</sup>

A apreciação do professor, em 1915, é algo pessimista quanto ao panorama cultural de Fortaleza, para ele uma cidade onde  *cresce o vício e*

degeneram os costumes. Desolado, enxerga em cada canto da cidade, uma casa de jogo ou de bebidas onde se mete o menino fugido do colégio, pois tem crescido sempre o número dos botequins; e quem, pela manhã, à hora da missa, atravesse a cidade, mais cambistas encontrará do que beatas. Segundo o cômputo de um jornal da terra, só uma daquelas casas vendeu, pelo carnaval, mil e novecentas garrafas de cerveja (...). O relato de Odorico Castelo Branco revela, no entanto, sua crença na possibilidade de *completo saneamento*, posto que *nem tudo se transforma assim depressa: a velha sociedade inda agora morreu, por algum tempo, haverá no ar exalação cadavérica*. Seu discurso se projeta para o futuro remodelador, pois que

Fortaleza estremece, espreguiça-se, estende os membros fortes pelos brancos areais que lhe servem de leito; alonga-se em novas ruas, em novos bairros; e não contente, eleva-se ainda, transformando as velhas construções, levantando um palacete em cada canto onde fora mísero casebre (...). Remodelar, melhorar, é a aspiração geral, é a tendência que em tudo se denuncia. Nada escapa. A imprensa, a velha imprensa da quarta página, reservada ao insulto mais vilão, se de todo não morreu, raro se mostra já, e logo se recolhe, como envergonhada(...).<sup>50</sup>

Na sua catilinária em defesa da escola como instrumento de regeneração social, caracterizada sua *cidade como vício*, faz longos artigos sobre o excesso de autonomia e liberdade que têm os *meninos de hoje* (em 1915), não piores que os de 30 anos antes, mas estes *têm a liberdade das ruas, a bicicleta, o patim, os jardins públicos, os bilhares; o outro não tinha mais do que o quintal da casa e o moleque da família que lhe fazia graças, servia-lhe de burrinho e metia-lhe na alma quanta perversão trazia da senzala*. Reclamando da ausência de *educação doméstica, educação na rua* (polícia de costumes), lança invectivas aos pais e às autoridades e faz um apelo à Assembléia Estadual para que volte as vistas ao *descalabro do ensino oficial* e aos *meninos desencaminhados* recomenda:

(...) não seria mau dizer-se assim aos meninos sem escola que, por todo o Estado, parecem carinhosamente guardados para futuros bandidos: vinde meus amigos, vinde vós todos; trazei convosco as vossas roletinhas, os vossos baralhos, os vossos cigarros, os vossos palavrões e obsenidades, as vossas más tendências (...); trazi convosco tudo isso e expõe tudo, ali à porta da Assembléia, como mostra o mendigo suas chagas, e quando em alguém reconhecerdes um Deputado, gritai em coro: dai-nos senhor, dai-nos, por quem sois, um professor primário.<sup>51</sup>

O tom do discurso de Castelo Branco parece modulado, em certas passagens, pelas prédicas moralizadoras comuns ao século XIX. Lançando suas invectivas à possível *perdição* dos meninos nas casas de jogo, no carnaval, nos botequins, no vício que está na rua, parece ecoar o *longo coro matinal dos moralistas* e participar do *prelúdio ao ataque muito contundente aos costumes, esportes e feriados populares* vindo do século XIX. Em Castelo Branco, o espaço da disciplina, do controle e da regeneração é a escola, modelando os futuros *homens úteis*, não só para a fábrica.<sup>52</sup>

Se, nos artigos de Castelo Branco, o vício *está na rua* e a escola é o lugar da regeneração, cuja ação eficaz deveria ser coadjuvada pelo controle da família e presença vigilante e punitiva do Estado, outros pontos-de-vista vão se expressando nas páginas dos jornais, na década seguinte.

Nos anos vinte, ao lado das denúncias contra a administração pública quanto ao descaso continuado com as demandas do ensino, aparecem discursos na imprensa dita independente, de Fortaleza, apontando ao presidente do Estado, Matos Peixoto, pontos para sua plataforma de governo. O jornal *O Ceará*, dirigido por J. de Matos Ibiapina e Alpheu Aboim, em artigos assinados e editoriais, formula uma espécie de campanha: *Instrução Pública primária só para os pobres*. Constatando a escassez dos recursos públicos do Ceará e o aumento do contingente de analfabetos, consideram *que o caso cearense está a exigir providência fora de todos os moldes adotados em outros meios*. Propõe então que o governo de Matos Peixoto tenha na instrução pública para os pobres uma obra de justiça social e adote como medidas: *restringir ao mínimo a duração dos cursos, de modo a aumentar a eficiência do atual corpo de professores e, em seguida, exigir que as matrículas sejam preenchidas por filhos de famílias reconhecidamente pobres*. Isto se justificaria, segundo os editores, porque *as elites e a classe média já atingiram uma mentalidade que as obrigará a custear por si próprias o ensino, nas escolas particulares ou públicas*. Tentando sensibilizar o governo para o alcance social de um programa de educação voltado *às classes desprotegidas*, argumentam que se demanda muita energia para realizá-lo, pois ele, por si só, *seria capaz de imortalizar um governo em um país em que a administração pública funciona em benefício de uma minoria insignificante*.<sup>53</sup>

A apreciação do quadro de indigência em que se encontra a instrução pública no Ceará nos idos de 1928, realizada pelo jornal *O Ceará* em longo editorial, vai aqui reproduzida parcialmente, para que se dimensione o núcleo de sua argumentação em favor de uma política pública voltada à *instrução para os pobres*:

Quem assegura a riqueza do Estado? Quem fornece ao Tesouro os elementos imprescindíveis ao funcionamento da máquina burocrática? Evidentemente não é o comerciante, não é o grande capitalista, não são as classes liberais, mas o trabalhador do campo, o operário das fábricas. Todos vivemos da labuta do plantador de algodão, do extrator da cera, do vaqueiro, do pequeno operário, enfim.

Que fazem os poderes públicos para compensar os labores desses humildes construtores da economia do Estado? Justiça, é-lhes absolutamente negada, porque, demasiado custosa e sujeita a influência dos poderosos, dela nem se lembram de recorrer os pequenos. Higiene é palavra desconhecida entre essa pobre gente que faz a riqueza da minoria que nos dirige. Instrução é o que todos conhecemos – inacessível às classes desprotegidas.<sup>54</sup>

O enunciado invoca os preceitos de justiça social, para dizer da ausência de medidas concretas em benefício da população pobre no campo e na cidade. No tópico seguinte, vê-se que, ao lado da constatação do quadro de indigência, o tema da instrução adquire maior relevo quando associado aos imperativos de manutenção da ordem social vigente. Elevar o *nível mental* dos trabalhadores é *umentar sua capacidade de produção*. Esta sim, a idéia-força do discurso liberal:

O pobre não tem sapatos, não tem roupas, não tem livros, não pode frequentar as escolas, tem que crescer analfabeto, sem o ABC, sem instrução técnica, produzindo pouco. Ao menos por interesse, por egoísmo, para melhor gozarmos as vantagens da organização social vigente, deveríamos pleitear a instrução do povo. Elevado o nível mental dos trabalhadores, aumentada a sua capacidade de produção, nós os privilegiados, teríamos maior margem de gozos. Por motivos de justiça, por motivos econômicos, somos partidários entusiastas da utilização de toda a organização escolar existente em benefício daqueles à custa de cujo trabalho vivemos.<sup>55</sup>

No mesmo período, *O Ceará* publica uma série de reportagens sob o título geral *A Miséria em Fortaleza – A Situação em que vivem as classes desprotegidas da fortuna – Não ganham para matar a fome*, reforçando a campanha de *instrução para os pobres*. Em seguidas edições, apresentam espécie de inquérito sobre as condições de vida dos trabalhadores (condutores de bonde, empregados da Light, operários de fábrica e empregados da função pública). Reproduzo aqui uma das reportagens, para que se observe como o jornal estabelece um comparativo entre os baixos salários, orçamento familiar e a impossibilidade de provimento da educação para os filhos:

(...) Ouvimos, ontem, um funcionário do Estado. Não foi um servente ou contínuo. A nossa palestra foi com um oficial de uma Secretaria de Estado. (...) Disse-nos o nosso informante que percebe o ordenado mensal de 365\$000, com que sustenta nada menos de 12 pessoas, inclusive 8 filhos, alguns dos quais já frequentam escolas.

Eis o orçamento diário que nos forneceu o pobre servidor do Estado: aluguel de casa 3\$333; 1 ½ kg de carne, 3\$000; 1 ½ litro de feijão, 1\$200; 1 ½ litro de arroz, \$700; 1 litro de farinha, \$400; banha, \$400; verdura, \$200; tempero, \$200; pão, 1\$000; café, \$600; açúcar, \$400; leite, 1\$000; lenha, \$600; luz elétrica, \$166; querosene, \$100; roupa lavada e engomada, 1\$000; sabão, \$100. Multiplicando-se essa despesa diária pelos 30 dias do mês, encontra-se o total de 431\$970, ou seja, um déficit de 66\$970 em cada mês. Nessa diferença não podem ser incluídas as despesas de roupa para 12 pessoas e a manutenção dos meninos na escola.

Com o orçamento acima, esse funcionário público tem só uma refeição por dia, isto mesmo enganando o bodegueiro, o magarefe, o senhorio e o galego o da prestação não aperreiam para receber o atrasado, chamando-o de velhaco(...).<sup>56</sup>

Os longos artigos de fundo d' *O Ceará*, abordando o tema da instrução para os pobres, devem-se em maior medida à atuação de Júlio de Mattos Ibiapina, um dos diretores do jornal, com vivência nos meios intelectuais da capital como professor, autor de livros didáticos e filólogo. Conhecidas são suas advertências ao poder público quanto à necessidade de estender *os benefícios da instrução* aos adultos analfabetos, principalmente no meio rural, a quem ao invés de promoverem *o ensino ambulante do manejo de máquinas agrícolas e de noções de agronomia* os políticos preferem ensinar-lhes a 'ferrar o nome', aumentando assim as inconscientes hostes eleitorais. Nos seus artigos é largamente explorada a crítica ao modelo de ensino público, posto que criava *uma civilização de fachada* cuja grande distorção produzia no Ceará o que ele considerava *as duas pragas: o excesso de doutores e o excesso de analfabetos*, como se pode depreender do excerto dessa entrevista:

A causa de todo o mal vem da nossa irresistível inclinação para uma civilização de fachada, da insopitável tendência de adotar idéias que se não podem aplicar ao nosso ambiente. Esse pendor faz com que tenhamos de lutar contra duas pragas – a do excesso de doutores e de analfabetos. A orientação impressa aos estabelecimentos oficiais colocou-nos nesta posição quase única no mundo – uma elite de doutores que pouco produzem governando uma grande massa de analfabetos que pouco podem produzir. Porque os doutores não adquirem conhecimentos práticos que lhes permiti-

tam exercer, lucrativamente, a sua atividade no vasto campo da economia nacional, e porque são eles que dominam a opinião pública da tribuna, da imprensa, e da cátedra, os governos se vêem constrangidos a dar-lhes empregos, criando a enfermidade da elefantíase burocrática. Ao lado desses doutores, amparados nas muletas oficiais figura a grande maioria da Nação, analfabeta, sem justiça, sem higiene, trabalhando, ignorante, perseguida, doente, para manter a chamada civilização brasileira, onde vive acampada, na situação das massas populares dos países coloniais.<sup>57</sup>

A imprensa dita independente e de extração liberal e alguns intelectuais ou setores não alinhados ao governo formulam constantes críticas ao sistema educacional no Ceará, ao passo que as entidades operárias, núcleos militantes e sua imprensa adotam a educação como formulação programática central. Assim, variados e complementares mecanismos, nos âmbitos educacional e cultural, são paulatinamente desenvolvidos com os esforços dirigidos ao funcionamento regular de uma imprensa dos trabalhadores, com seus jornais, revistas, panfletos, folhetos, manifestos, traduções, reproduções de obras consideradas seminais, formação de bibliotecas, vendas de livros e periódicos.

Nos anos 1920 é constante a lida dos pequenos núcleos militantes no campo da educação – organizando cursos, ministrando aulas, realizando conferências nos salões operários, espalhando livros, opúsculos e semeando doutrinas –, propagando-as com a intenção ostensiva de afirmá-las em Fortaleza e no interior.

No jornal da Associação Gráfica, Pedro Augusto Motta, discorrendo sobre a situação deficitária das finanças públicas no Ceará dos anos vinte, critica as providências adotadas pelo governo. A pretexto de corrigir distorções ou mesmo de equilibrar o quadro orçamentário, as primeiras medidas referem-se à diminuição do número de escolas, demissão de professoras. Denunciando *um concerto que resulta em desconcerto*, assim se pronuncia o militante gráfico:

Para o êxito completo do concerto (como eles dizem) é preciso um corte no funcionalismo; reduzir as forças que guarnecem a cidade; demitir certo número de professoras e substituí-las por aposentadas; diminuir o número de escolas; descarregar imposto sobre o povo e um impostozinho de especial carinho, apenas de 10%, aos pobres servidores do Estado. (...) O Ceará, como todos os cearenses conhecem, é uma terra infeliz e desgraçada, quando não é perseguida pela natureza, é pelos governos desastrosos que a dirigem; isso tudo, parece-me uma maldição, apesar de sermos nós

também culpados, porque já devíamos ter feito um expurgo nesses elementos de infecção moral.<sup>58</sup>

Veja-se que o tom de denúncia é combinado com o chamamento dos trabalhadores ao caminho da instrução – luz, redenção, salvação – mais que adjetivos, revelam a concepção do dirigente operário de tendência socialista libertária:

Por isso, é preciso nos instruir, para com a luz da redenção podermos salvar esta infeliz terra da degradação moral.

É preciso termos mais senso, não tolerar mais tamanhos descalabros, que são mais uma nódoa para a honra dos cearenses.

Mas, de quem é a culpa? É dos próprios servidores do estado, é dos próprios trabalhadores que não procuram na união que é força, na organização que é luz, formar o seu Sindicato e desfraldar a bandeira de combate contra as víboras do poder.<sup>59</sup>

Através do jornal Primeiro de Maio, órgão do Centro Artístico Cearense, tem-se conhecimento de pelo menos três iniciativas voltadas à instrução e à educação do operariado: a Escola Operária Secundária, a Escola Pinto Machado e a Escola Elisa Scheid.

O Centro Artístico Cearense considera a educação via fundamental para a conquista de direitos. Resulta daí uma transferência quase exclusiva aos *benefícios da instrução* como móvel de ascensão social e de inclusão na sociedade letrada, constituindo um dos núcleos do associativismo, em sua concepção: *É mister que o operário estude muito para poder conquistar o seu verdadeiro lugar, que lhe é, por direito, concedido na sociedade, do que ainda não se empossou, tão somente pela deficiência do estudo.*<sup>60</sup> De resto, o Centro Artístico Cearense, ao criar e manter escolas, está dando cumprimento à letra de seu Estatuto, onde se apresenta como sociedade beneficente e instrutiva.<sup>61</sup>

O jornal *Primeiro de Maio*, ao eleger o tema do *Operariado e a escola* como argumentação central de grande parte dos artigos, critica o grau diferenciado de adesão à *causa da instrução no meio operário*:

se o observador for perspicaz, (...) distinguirá facilmente entre a classe dos operários estudiosos e dos céticos, uma outra classe, aliás numerosa, (...) a classe dos operários que apesar de pertencer ao século da luz (...) prefere ter o cérebro iluminado por pequenas réstias (...) que dificilmente

lhes iluminam a escuríssima estrada da vida, a tê-lo claro, em harmonia com o seu século, (...). Tais são os operários que por saberem 'ler uma conta e escrever outra', por terem a certeza de que no ato do casamento não é preciso pedir à testemunha que por eles assinem o livro, pensam não precisarem mais de estudar, e a quem para isso os convida, respondem à 'queima roupa', 'não pretendem formar-se ou fazer concurso'.<sup>62</sup>

O jornal *Primeiro de Maio* tem como núcleo de sua argumentação o combate à ignorância, buscando nas luzes da instrução a fonte irradiadora do progresso e da civilização; propugna como principal eixo de intervenção junto a seu público o trabalho pelo engrandecimento moral e intelectual. O hino do Centro Artístico Cearense é revelador do que pensam em relação ao trabalho, diz bem da exaltação do operário como *bandeirante do progresso*, do proletário como *farol da civilização*:

Operários! Raça de Heróis!  
Proletários!  
Faróis  
Das civilizações,  
Bandeirantes do Progresso!  
Nos vossos corações,  
Pulsa o sangue das Nações.

A vitória  
Cantai  
Nas páginas da História!  
E de mãos dadas, unidos  
No Universo perdidos  
Do Universo sois a glória!

Um passado  
De luto  
Haveis iluminado  
No labor de cada dia  
Na angustiosa porfia  
Do vosso trabalho honrado!

E no fundo  
Além,  
No horizonte profundo  
Do futuro Universal,  
O símbolo final  
Sois do destino do mundo!<sup>63</sup>

Uma vez adotada a educação e a instrução como campo de assistência aos associados e extensão de benefícios aos seus filhos, a criação de escolas próprias é um imperativo. Os recursos para tanto, vêm de sua mediação junto ao poder público, associada à ação legislativa de Theophilo Cordeiro e da contribuição dos sócios honorários e beneméritos (comerciantes e industriais). Desse modo, são instaladas as escolas Pinto Machado e Elisa Scheid.

A Escola Pinto Machado é assim denominada em homenagem a Antônio Augusto Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, e um dos principais organizadores do Congresso Operário de 1912, no Rio de Janeiro, com quem o Centro Artístico Cearense mantinha articulações políticas desde o Congresso Operário de 1906, como já afirmei anteriormente.

Fundada pelo Centro Artístico Cearense (cuja sociedade será sua mantenedora por mais de 50 anos) em sete de janeiro de 1906, a Escola Pinto Machado, noturna, instalada à rua Major Facundo (na residência de Cândido Alves Brazil), para alunos do sexo masculino, tem como primeiro diretor Manuel Antônio Porciúncula, auxiliado por Hermenegildo Rodrigues. Em 1908 funciona à rua Formosa, dirigida por Marcos José da Silva, auxiliado por José Mascarenhas. Em 1911, tem matrícula de 123 alunos e tem como professores Marcos J. da Silva, Tibúrcio Ferreira do Valle, Francisco Ottoni de Carvalho, José Lopes da Silva Freire e Cândido Alves Brasil. Em 1918 conta com a matrícula de 88 alunos, sob a direção administrativa e pedagógica de Marcos José da Silva e Gustavo Hitzschky. Em 1922, a Escola Noturna Pinto Machado recebe alunos de ambos os sexos, com matrícula de 110 alunos, sendo José Façanha da Costa o auxiliar do diretor Marcos José da Silva, que, no discurso laudatório de seus companheiros do Centro, no

longo prazo de vinte e cinco anos dedicou a maior parte de sua vida, sem nenhuma remuneração, ao serviço do Centro Artístico Cearense, na direção da Escola Pinto Machado, onde era encontrado diariamente, levando as luzes de que dispunha o seu espírito elevado, aos pequeninos seres, provindos, em sua grande maioria, das classes menos favorecidas da fortuna.<sup>64</sup>

Em primeiro de maio de 1906, é fundada a Escola Elisa Scheid, com aulas noturnas para o sexo feminino. A denominação, como a anterior, rende homenagem à presidente do efêmero Partido Operário Independente, do Rio de Janeiro. Elisa Scheid participa do campo das articulações políticas que tem à frente Antonio Augusto Pinto Machado. Fundada e mantida pelo

Centro Artístico Cearense, a escola funciona à rua Dr. Pedro Borges, é dirigida por Maria Antonia da Justa e tem como professoras Porfíria Lopes Barroso e Cecília Ferreira de Melo, que também auxilia nas tarefas de direção. Tem matrícula inicial de 68 alunas. Funcionou até o ano de 1909, quando encerra suas atividades pela falta de recursos materiais para seu provimento. Para as duas escolas, o Centro Artístico Cearense volta a maior parte de seu empenho, como se vê neste artigo onde tenta, inclusive, recolher o elogio público do que qualifica como tarefa de benemerência junto ao proletariado desassistido (também) em matéria de educação:

conhecendo as condições dos alunos, os quais na sua maioria não dispõem de recursos para compra de objetos escolares, como sejam livros, papel, lápis, fornece gratuitamente a todos, tudo quanto é necessário. É de admirar que o operariado cearense apesar das dificuldades com que luta para viver, além de já possuir uma importante Associação como é o Centro, mantenha ainda as suas expensas uma Escola, da qual vai colhendo os melhores resultados. O público que avalie com a devida justiça os esforços desses abnegados obreiros do bem em benefício do proletariado.<sup>65</sup>

Ao mesmo tempo em que cria as escolas e fornece material escolar aos alunos, o Centro Artístico cuida da formação de uma Biblioteca aberta ao público, tendo em catálogo, em 1918, cerca de 250 títulos, além dos jornais e revistas recebidos de outros estados. A manutenção das Escolas Noturnas pelo Centro ao mesmo tempo que se inscreve no entendimento geral da necessidade de prover o operariado de condições de acesso a um grau mínimo de escolaridade, guarda relação com sua diretriz assistencialista e aprofunda sua relação com o poder público, inclusive na busca de recursos para o empreendimento educacional, o que se infere da seguinte nota: “sabemos por informação de pessoa competente, que o Exmo. Sr. Dr. João Tomé, M. D. Presidente do Estado, e sócio benemérito do Centro Artístico Cearense, logo que fizer a distribuição das loterias federais como nos anos anteriores, auxiliará a benemerita na manutenção de sua Escola”.<sup>66</sup>

Uma das divergências dos socialistas, em relação ao Centro Artístico, diz respeito às práticas de Instrução no meio operário, porquanto busca se associar ao Estado e aos patrões no trabalho de manutenção de suas escolas, fazendo destas o núcleo de sua ação.

Buscando recursos junto aos sócios ou ao poder público, as escolas são consideradas pelo Centro Artístico Cearense como *obras duradouras*. Motivam um incontido orgulho de parte de seus dirigentes, o que se depreende dos numerosos depoimentos registrados no livro de visitantes da

Escola Pinto Machado, como expressão de um tempo, o *de antigamente* [quando] *as autoridades e pessoas gradas mantinham um certo reconhecimento pelos deserdados da sorte, dos humildes, dos desfavorecidos da fortuna*. O livro de visitantes é, para os dirigentes do Centro, o registro da *impressão de altas autoridades do Estado, de altas patentes do Exército, dos jornais e de pessoas gradas, se manifestando perante uma Escola mantida por uma Sociedade de operários pobres*.<sup>67</sup>

Do livro de visitantes, como depoimento oficial para registro à posteridade, decerto ressaltam as impressões encomiásticas. Ao pesquisador não cabe recusá-lo liminarmente, porque no documento o tema da educação se entrecruza numa perspectiva tríplice: uma escola criada supostamente para atender aos interesses dos operários e seus filhos, a recepção do empreendimento pela elite (econômica e intelectual) e a necessidade que têm os mantenedores da escola (no caso, os dirigentes do Centro Artístico Cearense) de obter desta elite a legitimidade da iniciativa. Ainda que feitos como um jogo de palavras calculadas, os depoimentos revelam aspectos interessantes acerca do pensamento das elites sobre *uma escola de (e para) operários e seus filhos*. Expressam de seu ponto de vista o modelo de escola que lhes interessa e definem o que julgam qualidades indispensáveis aos professores. Nos depoimentos encontra-se desde o elogio da escola como lugar de disciplina e integração à ordem (põem em relevo a *disciplina e método da Escola; ordem, disciplina e asseio; ordem, zelo, harmonia e união de vistas*); como instituidora de virtudes (*lugar do bom, do justo, do honesto*), passando pelo elogio às instalações adequadas (*conforto e arquitetura do prédio, belo edifício, salas espaçosas*), chegando à função dos professores (*proficientes, abnegados, gestores de espinhosa tarefa, dedicados, honrados pela tarefa, humanitários, admiráveis, perseverantes, patrióticos e altruístas*).

Para além dessa genérica e modelar caracterização da escola e dos professores, os depoimentos relativos à Escola Pinto Machado trazem elementos do discurso dominante sobre a função da educação que, de variadas formas, encontram-se subjacentes nas formulações de algumas sociedades operárias, como é o caso do Centro Artístico Cearense. No depoimento de João Ribeiro P. Montenegro Filho, a escola aparece como um *dos espinhosos caminhos que vão desembocar na estrada larga do progresso e salvação da pátria brasileira*. Completa o argumento arriscando a hipótese de que *um país composto de analfabetos, só se poderá salvar do caos em que se acha engolfado por meio da Instrução e, sobretudo da instrução dos desprotegidos da sorte, que serão talvez, para o futuro, os salvadores desta tão grande quão infeliz pátria*.<sup>68</sup>

No conjunto, os depoimentos sublinham essa escola como lugar onde os meninos pobres vão, às horas vagas, empregar o tempo aprendendo a ler, como possibilidade de nas breves horas de lazer, distribuir à juventude operária de amanhã o pão do espírito, a fim de assegurar com melhores êxitos o pão da vida; como uma casa que reúne os desvalidos e lhes dá a esmola do ensino, com que, amanhã, formarão o capital para a conquista da glória, como modelo para os filhos do povo, porque conduz aos sentimentos do homem que tem sede de liberdade, como obra de civilização, como alavanca do progresso, visto que levanta o nível moral do operariado; participando de uma campanha de libertação espiritual dos operários cearenses, de um infatigável trabalho para a remodelação e cultivo espiritual do operariado, pois que *todo povo só é livre quando convenientemente instruído para poder amar a Liberdade e a República*.<sup>69</sup>

De natureza semelhante ao Centro Artístico Cearense, a Sociedade Artística Beneficente (*associação promotora de benefícios entre a classe artística, no interesse e para auxílio mútuo de seus associados*), fundada em nove de novembro de 1902, passa a manter, em 1912, à rua Barão do Rio Branco, em instalações próprias, uma escola primária para operários, com matrícula sempre superior a cem alunos e uma biblioteca.<sup>70</sup> Marcos José da Silva, diretor da Escola Pinto Machado, é membro da Diretoria da Sociedade Artística Beneficente, onde realiza conferências cuja premissa é a vida do homem em sociedade e a necessidade de fortalecer a vida associativa através da instrução. Encerrando um longo discurso proferido na sede da Beneficente, usa o argumento recorrente: (...) *sendo a ignorância a irmã mais velha da estupidéz, convém que procuremos a instrução, luz grandiosa que faz arremessar de nós as trevas que produzem a mesma ignorância*.<sup>71</sup>

Nas cidades do interior, como em Fortaleza, vão se construindo experiências no campo da educação, como se viu no caso da imprensa dos caixeiros. De Quixadá vem o exemplo da Aliança Artística e Proletária, fazendo funcionar a Escola Noturna Solón de Magalhães, para os filhos dos operários, com matrícula inicial de vinte e seis alunos, conforme informações encaminhadas ao jornal *Voz do Graphico*, pelo orador oficial da Aliança, Sizenando Cavalcante, para quem não obstante as dificuldades que perseveraram no ritmo organizativo da classe, o operariado *vai-se porém educando. Os núcleos operários se vão erguendo da modorra entorpecida em que os põs a opressão burguesa, e eles começam a sentir a necessidade no regime associativo como base da consolidação do operariado*. À escola, funcionando em prédio próprio da Aliança, junta-se uma Biblioteca com cerca de 306 volumes e jornais de variados assuntos e diversos locais do país. A Prefeitura Municipal repassa à

Aliança verba igual e anual de 360\$000, para a Escola e a Biblioteca. A denominação da Escola é justificada porquanto é *um nome que nos recorda um espírito empreendedor e verdadeiro propugnador dos ideais operários, pelos quais muito se bateu no decorrer de sua existência*. A Aliança, com 240 sócios, dita de benefício e resistência, é, em princípio filiada ao Centro Artístico Cearense, embora considere-se em completa autonomia. Do seu estatuto consta seu lema: Coragem, Amor e Trabalho. Formam sua primeira diretoria, em 19 de junho de 1921: Sizenando Cavalcante (presidente e orador oficial), Emygdio Cabral (Secretário) e José Carlos da Silva (Tesoureiro).<sup>72</sup>

Da consulta aos registros da época constata-se que a Aliança, através de sua escola, mantém um vínculo com a comunidade e quer tornar-se visível também através da constituição do que elaboram como marcos sociais da memória operária. Tal caso é percebido em 1922, quando, por ocasião da passagem do Centenário da Independência, a Aliança e a Escola mandam erigir em praça pública um monumento ao trabalho.

A fundação da escola operária Solón de Magalhães, em Quixadá, é saudada com júbilo pelos dirigentes da União Geral dos Trabalhadores Cearenses, que avaliam a matrícula inicial como representativa em face do meio e ressaltam o feito como um *grandioso empreendimento de que acabam de levar a efeito, fundando uma escola para ilustrar o espírito dos seus filhinhos – gloria de um futuro mais próspero e feliz*. mas advertem a direção da Aliança Proletária de Quixadá quanto a escolha dos professores, um indício da repercussão do pensamento de Ferrer, bem como das teses anticlericais em voga desde o início do século:

Saibam escolher professores idôneos capazes de ministrarem uma educação sadia e proveitosa aos seus alunos, sem jamais os deixarem entre as quatro paredes do catecismo, que, só serve para inutilizar o espírito destes rebentos em quem esperamos um mundo de fagueiras esperanças no dia de amanhã.<sup>73</sup>

Veja-se, da experiência de Quixadá, um exemplo local de mobilidade da militância. Sizenando Cavalcante é aquele, ressaltado anteriormente, em sua vida de pedagogo/militante/jornalista, na cidade de Iguatu. Uma década depois, ele estaria no Sertão Central, em Quixadá, realizando sua faina associativa. As iniciativas desses militantes encontraram em sua imprensa um vigoroso estímulo e apoio.

Ressalte-se que esse intercâmbio entre as folhas operárias, funcionando como *mensageiros de relações*, é estimulado também pelas moções e resoluções aprovadas nos congressos operários de base local ou nacional.

Nota-se o propósito de enfatizar a eficácia da difusão da palavra impressa como suporte imprescindível de seus projetos político-pedagógicos, aliando-a à criação de ateneus, círculos de cultura, escolas racionais como mecanismos viabilizadores da união, organização e emancipação dos pobres.

## NOTAS

<sup>1</sup> LINS, Ivan. O Positivismo no Ceará. In *História do positivismo no Brasil*. 2ª ed. Brasileira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 116. A Escola Popular (1874) ou Escola Noturna funcionava à rua Conde D'Eu, com aulas gratuitas ministradas por João Lopes, Rocha Lima, Benjamin Constâncio de Moura e Israel B. de Moura. Ofereceu, ainda, um curso de História Universal, ministrado por Thomaz Pompeu, seguido de conferências sobre variados temas. Para maiores informações sobre a Escola Popular, ver BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951; NOGUEIRA, Alcântara. *O Pensamento cearense na segunda metade do século XIX (em torno do centenário da morte de R. A. da Rocha Lima)*. Pref. de Pinto Ferreira. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia, Seção do Ceará/Sociedade Cearense de Geografia e História/Casa de Juvenal Galeno, 1978; MONTE-NEGRO, João Alfredo de S. *O Trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992; TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997; e o Relatório de 1875, de Heráclito Graça, transcrito em MOACYR, Primitivo. *A Instrução e as províncias. Subsídios para a história da educação no Brasil, 1834-1889*, v. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 352.

<sup>2</sup> ABREU, Capistrano de. *Ensaios e estudos*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1921, p. 123.

<sup>3</sup> TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. Op. cit., p. 33.

<sup>4</sup> De 1875 a 1919, vários gabinetes de leitura foram instalados no interior do Ceará. Sobre o assunto, consultar BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951.

<sup>5</sup> *O Typographo*, ano I, nº 1, 01/03/1866. Fortaleza.

<sup>6</sup> *O Typographo*, ano I, nº 2, 08/03/1866. Fortaleza.

<sup>7</sup> *O Colossal*, ano I, nº 10, 10/10/1878. Fortaleza.

<sup>8</sup> *O Cearense*, 12/11/1890. Fortaleza.

<sup>9</sup> *O Cearense*, 26/11/1890. Fortaleza.

<sup>10</sup> *O Cearense*, 26/11/1890. Fortaleza.

<sup>11</sup> Formam o Conselho: Theodomiro de Castro, José Bertholdo de Sá Monteiro, João de Medeiros, Manoel Rodrigues de Carvalho, Francisco de Matos Lima, Manoel de Albuquerque Lima, Antonio Maia, Júlio Barata, José Augusto Xavier, Emídio Caxilê, Galdino Bandeira, Isaías Samico, Francisco Vieira de Sousa, Moysés Freire, José Bispo Santiago, Theophilo Cordeiro de Albuquerque e Raymundo Soares Freire. Cf. *O Cearense*, 26/11/1890. Fortaleza.

<sup>12</sup> Sabe-se que os donativos constituem a principal fonte de receita para a manutenção da Escola Noturna. Para cada doação considerada significativa o Partido quase sempre retribuiu com o título de sócio honorário. Cf. *O Cearense*, 18/12/1890. Fortaleza.

<sup>13</sup> *O Cearense*, 18/12/1890. Fortaleza.

<sup>14</sup> *O Combate*, ano I, nº 4, 09/04/1891. Fortaleza.

<sup>15</sup> *O Cearense*, 10/03/1891. Fortaleza.

<sup>16</sup> *O Combate*, ano VI, nº 1, 01/01/1896. Fortaleza.

<sup>17</sup> *O Combate*, ano I, nº 33, 19/05/1891. Fortaleza.

<sup>18</sup> *O Pão*, ano I, nº 5, 24/12/1892. Fortaleza.

<sup>19</sup> *O Combate*, ano I, nº 14, 21/04/1891. Fortaleza.

<sup>20</sup> *O Combate*, ano I, nº 13, 19/04/1891. Fortaleza.

<sup>21</sup> *O Cearense*, 05/08/1890. Fortaleza.

<sup>22</sup> *O Combate*, ano VI, nº 1, 01/01/1896. Fortaleza.

<sup>23</sup> *O Cearense*, 01/02/1891. Fortaleza.

<sup>24</sup> *O Cearense*, 01/02/1891. Fortaleza.

<sup>25</sup> *O Combate*, ano I, nº 4, 09/04/1891. Fortaleza.

<sup>26</sup> *O Cearense*, 24/07/1890. Fortaleza.

<sup>27</sup> Nas estatísticas relativas ao ano de 1887, Fortaleza aparece com 26.493 habitantes; destes 9.656 sabendo ler e escrever e 17.287 são analfabetos (cf. BEZERRA, Paulo (org.). *Álbum de Fortaleza*. Op. cit. – original sem numeração de página). A mensagem de 1891, do governo José Clarindo, apresenta o quadro da instrução pública no Ceará, destacando o crescimento de matrículas no ensino particular em Fortaleza, como se vê: “De dez anos a esta parte, a instrução primária, merecendo o mais acurado desvelo dos poderes públicos e pesando, progressivamente, sobre a massa contribuinte, está, entretanto, mais retráida que dantes. Enquanto a instrução primária, estipendiada pelo Estado, apresenta-nos o entristecedor aspecto, é de certo modo consolador o incremento que vão tendo as escolas do ensino particular. Somente na capital, que conta quinze escolas públicas, com a matrícula de 1.050 alunos, existem onze de ensino particular, com 1.924 alunos.” (Estudo sobre o Ceará. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elemental. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1955, p. 111).

<sup>28</sup> *O Operário*, ano I, nº 1, 28/02/1892. Fortaleza.

<sup>29</sup> *O Operário*, ano I, nº 3, 13/03/1892. Fortaleza.

<sup>30</sup> *O Operário*, ano I, nº 4, 20/03/1892. Fortaleza.

<sup>31</sup> *O Operário*, ano I, nº 11, 15/05/1892. Fortaleza.

<sup>32</sup> *O Operário*, ano I, nº 8, 24/04/1892. Fortaleza.

<sup>33</sup> *O Cearense*, 28/11/1889. Fortaleza.

<sup>34</sup> Para o estudo dos debates do período, ver NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*. In FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1978; GHIRÁLDELLI JR., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987; e VERÍSSIMO, José. *A Educação nacional*, 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

<sup>35</sup> *O Cearense*, 28/10/1890. Fortaleza.

<sup>36</sup> Sobre a organização oficial da instrução pública primária e secundária desde os anos 1840, Pimentel Filho afirma que esta “obtivera considerável êxito ao longo do século, modificando o ensino abstrato e literário por um pragmatismo positivo. (...) Pensada conforme uma imaginário estratificador do social: de um lado, o ensino para as classes menos abastadas e que deveria capacitar o indivíduo para (...) as atividades mecânicas, ser temente a Deus e obediente ao Estado; de outro, uma instrução voltada para as classes mais opulentas, criadora de uma elite que conduziria os negócios públicos e privados”. (PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política*. A Cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1998, p. 22).

<sup>37</sup> A Imprensa na Obra de Capistrano de Abreu. In *Boletim da ABI*, ano XXVI, ago., Rio de Janeiro: ABI, 1977, p. 17.

- <sup>38</sup> Imprensa Industrial... Op. cit., volume I, 10/08/1876, p. 16.
- <sup>39</sup> Imprensa Industrial. Op. cit., volume I, 25/10/1876, p. 461. Sobre esta questão a revista (na mesma edição) tece comentários à proposição apresentada pelo deputado cearense José de Alencar, na Câmara, a respeito da matéria em questão: (...) *Uma voz única, houve até agora que se levantou em favor do barateamento do livro. E essa voz que no recinto da Câmara procurou atrair a atenção do governo para esse ponto capital da reforma da Instrução Pública, ficou sem eco, passou despercebida, embora fosse ela a de um dos mais ilustres e dignos representantes da Nação (...) não pertencia ao grupo dos chamados governistas (...). posto que o projeto do sr. Conselheiro José de Alencar não fosse expressamente para a instrução pública, nem tivesse por fim direto o barateamento do livro escolar, influía ele, contudo, tão eficazmente para isso, pois abrangia todas as publicações do país, que não podemos deixar não só de consigná-lo como até mesmo de estudá-lo mais de perto* (p. 463).
- <sup>40</sup> BEZERRA, João Clímaco. Aspectos do ensino primário cearense. In *Almanach do Ceará*. Fortaleza: Typ. Moderna, 1920, p. 102.
- <sup>41</sup> GIRÃO, Raimundo. O Senador Pompeu (1877-1977). Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1977, p. 12.
- <sup>42</sup> MENEZES, Djacir. A Educação no Ceará. Repasse histórico-social. In GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945, pp. 140-150.
- <sup>43</sup> CARVALHO, Marta M. C. de. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 7.
- <sup>44</sup> PIMENTEL FILHO, José Ernesto. Urbanidade e cultura política... Op. cit., p. 71.
- <sup>45</sup> ALVES, Joaquim. *O Ensino primário na primeira metade do século XX*. In Revista do Instituto do Ceará, LXVIII, pp. 128-142. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958, pp. 129-130. Segundo os mapas estatísticos coligidos pelo autor, a matrícula era de 5.340 do sexo masculino e 5.965 do feminino. Da estatística não constam as matrículas nos estabelecimentos privados da capital e do interior, cujos "cursos só podiam ser frequentados por crianças filhas de pais abastados". Em 1904, Fortaleza conta cinco deles: o Instituto Miguel Borges, o Instituto de Humanidades, Imaculada Conceição, Nossa Senhora de Lourdes, Partenon Cearense e Ginásio Cearense. Dos primeiros, o estudo de Joaquim Alves destaca a qualidade de educadores de seus donos: Odorico Castelo Branco e Joaquim da Costa Nogueira, respectivamente.
- <sup>46</sup> A ação do poder público dirige-se em alguns casos a subsidiar iniciativas de ensino particular. O Colégio da Imaculada Conceição, dirigido pelas congregadas de S. Vicente de Paulo, funciona em um prédio (no bairro do Outeiro) doado pelo Estado e mantém vagas para as órfãs, em regime de internato; para o ano de 1905 tem 90 órfãs internas, recebendo auxílio de 6:000\$000 do Estado para a educação de 12 órfãs. Também estes casos motivam críticas à administração pública.
- <sup>47</sup> Revista Phenix, ano I, nº 2, mar./1912. Fortaleza.
- <sup>48</sup> BRANCO, Odorico Castello. *Instrução e educação*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915, pp. 11-12.
- <sup>49</sup> PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política...* Op. cit., p. 91.
- <sup>50</sup> BRANCO, Odorico Castello. *Instrução e educação*. Op. cit., pp. 8 e 11.
- <sup>51</sup> BRANCO, Odorico Castello. *Instrução e educação*. Op. cit., p. 9. Uso aqui a expressão *cidade como vício*, de Carl Schorske, conforme apropriada no estudo de OLIVEIRA, Caterina de Saboya. *Fortaleza: seis romances, seis visões*. Fortaleza: EUFC, 2000, p. 29.
- <sup>52</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 292.
- <sup>53</sup> *O Ceará*, ano IV, 14/07/1928. Fortaleza.
- <sup>54</sup> *O Ceará*, ano IV, 14/07/1928. Fortaleza.
- <sup>55</sup> *O Ceará*, ano IV, 14/07/1928. Fortaleza.
- <sup>56</sup> *O Ceará*, ano IV, 14/07/1928. Fortaleza.
- <sup>57</sup> IBIAPINA, Júlio de Mattos. *O Brasil de ontem e o de hoje*. Fortaleza: Ed. UFC, 1981, p. 61. Sobre Ibiapina, ver capítulo do livro de Paulo Elpidio de Menezes (MENEZES, Paulo Elpidio de. *O Crato de meu tempo*. Fortaleza: Edições UFC, 1985, pp. 94-112).
- <sup>58</sup> *Voz do Graphico*, ano I, nº 11, 16/10/1921. Fortaleza.
- <sup>59</sup> *Voz do Graphico*, ano I, nº 11, 16/10/1921. Fortaleza.
- <sup>60</sup> *Primeiro de Maio*, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. Fortaleza.
- <sup>61</sup> "Os benefícios realizados pelo Centro Artístico Cearense, (...) são incalculáveis. Não é só pelo lado material que falamos, nos referimos principalmente ao lado moral, associativo, econômico e instrutivo. É difícil calcular o número de alfabetizados, homens operários, e crianças, filhos de operários, que têm saído dos bancos das Escolas mantidas pelo Centro Artístico Cearense". *Bodas de Ouro do Centro Artístico Cearense*. Op. cit., p. 5.
- <sup>62</sup> *Primeiro de Maio*, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. Fortaleza.
- <sup>63</sup> *Hino do Centro Artístico Cearense*. Letra de Renato Viana (sócio benemérito do Centro) e Música do maestro Silva Novo. O hino é apresentado em sessão solene em 29/06/1922, fixando-se a partir de então o "dia da festa social do hino", "festejada anualmente, com um sarau dançante para os associados, das 13 às 17 horas. Uma festa de harmonia, amizade e congraçamento da família operária" (localizado no acervo do pesquisador Ângelo Miguel Azevedo - Nirez, em Fortaleza).
- <sup>64</sup> *Bodas de Ouro do Centro Artístico Cearense*. Op. cit., p. 8.
- <sup>65</sup> *Primeiro de Maio*, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. Fortaleza.
- <sup>66</sup> *Primeiro de Maio*, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. Fortaleza.
- <sup>67</sup> *Bodas de Ouro do Centro Artístico Cearense*. Op. cit., p. 26. Da seleção de depoimentos de visitantes à Escola Pinto Machado, constam: Rodolpho Ribas (jornalista do Unitário), João Ribeiro P. Montenegro Filho, Luiz Gonzaga Fernandes, José Meneleu de Pontes, Monsenhor Hermes, Soares Bulcão (jornalista do *Jornal do Ceará*), Maximiliano Barreto (engenheiro militar), Franco Rabelo (Presidente da Província), Drummond Martins (redator de *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro), Frota Pessoa (Secretário do Interior, no governo de Franco Rabelo), Hermenegildo Firmeza (Diretor do jornal *Folha do Povo*), Gentil Falcão (Deputado Federal), M. Moreira da Silva (Deputado Estadual), Renato Viana (jornalista), João Thomé de Sabóia (Presidente do Estado), José Sabóia de Albuquerque (Secretário do Interior e Justiça, em 1917), Leonardo Motta (Oficial de Gabinete do Presidente do Estado, em 1917).
- <sup>68</sup> *Bodas de Ouro do Centro Artístico Cearense*. Op. cit., p. 26.
- <sup>69</sup> *Bodas de Ouro do Centro Artístico Cearense*. Op. cit., p. 28. Os depoimentos selecionados do livro de visitas compreendem o período de 30 de março de 1906 a 23 de março de 1917. Esclareço que a seleção foi feita para fins de publicação, pelo Centro Artístico Cearense, do opúsculo referido, não tendo esta pesquisa localizado o livro de visitas.
- <sup>70</sup> *Almanach do Ceará*. Fortaleza: Typ. Moderna, 1921, p. 216. A diretoria da Sociedade Artística Beneficente, em dezembro de 1920 é assim constituída: Cunegundes Rodrigues da Silva (Pres.), Joaquim Rodrigues de Lima, José Flaminio C. Peixoto, Antonio Rodrigues Furtado, Primo Feliciano da Cruz, Francisco Soares, Arlindo Fausto Dantas, Francisco Balaio da Silva, Argentino de Paula Galvão, Carlos Eugênio de Souza, Júlio César Lopes, Deoclécio Pessoa de Araújo (Efetivos); João Vicente de Souza, Pedro Ferreira dos Santos, Cornélio Lopes Barroso, Luiz de Oliveira Cavalcante, Manoel Moraes (Adjuntos); Joaquim Theophilo Cordeiro de Almeida, Job Rodrigues,

Manoel Flamino C. Peixoto, Pedro de Castro Costa, Manoel Bezerra Cavalcante (Conselho Fiscal); Manoel Flamino C. Peixoto (Orador Oficial), Abel Galvão (Arquivista) e José Flamino C. Peixoto (Bibliotecário).

<sup>71</sup> *Primeiro de Maio*, 1904. Fortaleza.

<sup>72</sup> Em 1923 é esta a diretoria da Aliança Artística e Proletária de Quixadá: Sizenando Cavalcante, Vicente Ferreira da Silva, José Carlos da Silva (Comissão Executiva); Pedro Júlio da Silva, José Moreira Facundo e Odilon de Oliveira (Comissão de Finanças); José Cardoso da Cruz, João Batista de Alencar e Agostinho Amaro de Souza (Comissão Central); Jacintho de Souza, José Moreira Pinheiro, Manoel Rodrigues da Silva (Mesa da Assembléia Geral). A Aliança Artística e Proletária de Quixadá, como tantas outras entidades operárias no Ceará, liga-se na década de 30 ao movimento legionário sob a direção de Severino Sombra e Jeová Mota. Para o estudo do período indico o depoimento de Francisco Chagas da Silva, operário, integralista, no livro *Quixadá nos anos de 1910 a 1942 (descrição de fatos históricos)* – (Fortaleza: Escola Tipográfica São Francisco, 1977).

<sup>73</sup> *A Voz do Graphico*, ano I, nº 15, 11/12/1921. Fortaleza.

\* Os jornais citados no texto pertencem ao acervo particular da professora Adelaide Gonçalves.